



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
MATO GROSSO DO SUL

Palácio Guaicurus
Avenida Desembargador José Nunes da Cunha
Jardim Veraneio – Parque dos Poderes – Bloco 09
Campo Grande / MS – CEP: 79.031-901
Tel.: (67)3389.6565 – CNPJ: 03.979.390/0001-81
www.al.ms.leg.br

OF. CPI-IFT n.º 033/2017

Campo Grande, MS, 28 de agosto de 2017.

Para J&F Investimentos S/A
A/c José Wanderley Bezerra Alves
Rua Mário Edson de Barros, n.º 91, Chácara Cachoeira II
CEP 79.040-041, Campo Grande, MS

Ilustríssimo Senhor Advogado,

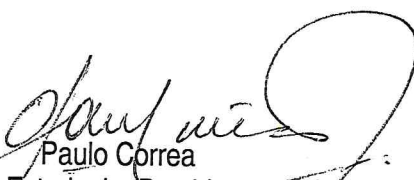
A J&F Investimentos S/A, em petições subscritas por Vossa Senhoria, reconheceu que deixou de dar cumprimento à contrapartida pelo recebimento de benefício fiscal ajustado no Termo de Ajuste de Regime Especial (TARE) n.º 1.103/2016, ou seja, reconheceu que não realizou, para tal fim, qualquer investimento nas plantas objeto das Inscrições Estaduais n.º 28.299.309.6 (unidade Campo Grande II); n.º 28.310.399.0 (unidade Campo Grande I); n.º 28.375.839.2 (unidade Ponta Porã). Diante disso, esta CPI concedeu as vistorias em tais unidades que estavam designadas para os dias 16 e 23 de agosto de 2017.

Pois bem, em reunião realizada no dia 23-08-2017, a CPI deliberou por solicitar a J&F Investimentos S/ o esclarecimento, em uma única manifestação escrita, se houve ou não o cumprimento da contrapartida pelo benefício fiscal ajustado no Termo de Ajuste de Regime Especial (TARE) n.º 1.103/2016 nas demais plantas do Estado do Mato Grosso do Sul de maneira que, caso também haja confissão de descumprimento, tornar dispensável a realização das inspeções designadas para os dias: 30/08/17, 10h, em Cassilândia; 06/09/17, 10h, em Anastácio; 13/09/17, 10h, em Naviraí; 13/09/17, 16h, em Nova Andradina e 20/09/17, 10h, em Coxim.

Assim, comunico tal decisão a Vossa Senhoria e solicito que esclareça até o dia 29-08-2017, 17h, se houve ou não o cumprimento da contrapartida ajustada no (TARE) n.º 1.103/2016 nas demais plantas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Por fim, para aperfeiçoamento dos atos da confissão já praticados e para a validação dos que eventualmente venham a ser praticados, também solicito a Vossa Senhoria, no mesmo prazo, a regularização da representação processual, apresentando perante esta Comissão procuração com poderes especiais para *confessar*, ou um atestado com a ratificação das manifestações nesse sentido já apresentadas perante esta CPI.

Atenciosamente,


Paulo Correa
Deputado Estadual – Presidente da CPI

Recebido em, __/__/__ às __: __ por _____

Assinatura _____